

O setor calçadista da cidade de Franca e seus impactos socioeconômicos (1970 – 1990)

Flávio Rodrigues Andrade

RESUMO

O artigo em pauta estuda e analisa o contexto socioeconômico que afeta diretamente a classe trabalhadora relacionada ao setor calçadista da cidade de Franca, situada no interior do estado de São Paulo, observando as características do ambiente de trabalho e como o Sindicato dos “Sapateiros” lida com a reestruturação produtiva nas fábricas concomitante com as novas tecnologias, e como reagem às oscilações do mercado calçadista perante a modernização global das décadas de 1970 - 1990 no séc. XX. A intenção é analisar se as formas de negociações e as intervenções do sindicato atenderam as necessidades dos operários, investigando e identificando pontos positivos e negativos aos trabalhadores da categoria, que dependem de boas negociações salariais para suas sobrevivências, até mesmo para se qualificarem melhor profissionalmente e viverem melhor em sociedade. O presente trabalho foi composto através de leituras de livros, Teses acadêmicas de conclusões de cursos e artigos, em uma abordagem social e econômica derivada do modo de produção capitalista tendo como principal foco as indústrias calçadistas de Franca e os seus reflexos na sociedade local.

Palavras – chave: trabalhadores. reestruturação produtiva. sindicato.

The footwear industry in Franca and its socioeconomic impacts (1970 - 1990)

ABSTRACT

The article at hand analyzes and studies the socioeconomic context that directly affects the working class related to the footwear sector in the city of Franca, located in the state of São Paulo, observing the characteristics of the work environment and how the Union of "Shoemakers" deals with the concomitant restructuring of production in factories with new technologies, and how they react to fluctuations in the global footwear market before the modernization of the decades of 1970 - 1990 in the century XX. The intention is to analyze the forms of negotiations and the intervention of the union met the needs of workers, investigating and identifying positive and negative category of workers who depend on good salary negotiations for their survival, even point to qualify better and professionally live better in society. This work was composed by reading books, academic theses conclusions of courses and articles, in a social and economic approach derived from the capitalist mode of production with the main focus the shoe industries of Franca and its impact on local society.

KEYWORDS: workers. productive restructuring. union. socioeconomic impacts. plants. Franca

INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XX com o surgimento de novos horizontes nas organizações produtivas, que por consequência estão relacionados com as formas de organização de trabalhadores e tecnologias. O modo produtivo tem despertado as atenções de pesquisadores com o propósito de compreensão das mudanças nas organizações produtivas, da ideologia patronal e sindical.

Novos desafios estariam incluídos: primeiro, as mudanças na estrutura do emprego ocasionados pela globalização do mercado produtivo e sua modernização avançam rumo aos sindicatos exigindo inovações ideológicas sindicais que atendam perspectivas atuais. Entre esses aspectos relevantes provocadas pelo avanço tecnológico e pela automação. (SANTANA, 2000, p. 187).

O presente trabalho visa entender o contexto em que estão inseridos os trabalhadores das indústrias de calçados de Franca, indagando sobre a forma cotidiana dos diversos tipos de trabalho. Foi observado as estratégias dos patrões e seus comportamentos em relação aos funcionários que estão relacionados á organização produtiva.

Nota-se a reorganização do modo de produção capitalista, como um recurso utilizado pelos patrões para a redução dos custos. Os agravantes são as irregularidades e a precariedade do trabalho nas fábricas de calçados de Franca, a má distribuição de renda que reflete na qualidade de vida do trabalhador.

A pesquisa observa e analisa a forma de atuação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Franca (STIC), e suas conquistas que beneficiaram a categoria. O apoio da igreja católica, em especial da Paróquia de São Benedito e o envolvimento na política dos membros do sindicato.

Buscamos compreender como sobrevivem os trabalhadores das indústrias de calçados de Franca, como é a distribuição de renda gerada pelo ramo calçadista, e o resultado disso na qualidade de vida do trabalhador. Foi observado como o Sindicato atuou entre as décadas de 1970 e 1980 e o que conquistou em benefício da categoria.

A intenção desse estudo é o conhecimento real do modo de produção das Indústrias de Calçados de Franca, as mediações e intervenções realizadas pelo sindicato que representa os trabalhadores. É analisado também como o trabalhador é atingido economicamente, o quanto sua vida social é prejudicada, às dificuldades enfrentadas pelas empresas, e como isso é repassado para o operário sem uma intervenção eficiente do sindicato.

O esperado é que, esta pesquisa contribua de alguma forma para o aprimoramento da atividade sindical, e para o amortecimento dos impactos da reestruturação produtiva. Visando o bem-estar social dos trabalhadores e melhor adaptação às exigências do mercado calçadista frente à globalização.

1 O SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE CALÇADOS DE FRANCA (STIC)

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Franca (STIC) segundo Canôas (2007) derivou da criação de dois sindicatos, primeiro o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil. Em seguida do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Couro fundado em 1937 e reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 30/06/1939. De seu desmembramento foi que originou o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de calçados de Franca (STIC), fundado em 23/04/1941 e legitimado pelo governo em 10/02/1943.

Não só o Sindicato dos Sapateiros de Franca, mas os demais sindicatos surgidos em Franca eram dirigidos por pelegos, à vontade dos patronos é que imperava no interior do sindicato. No caso do Sindicato dos sapateiros, desde seu primeiro fundador e líder sindical Luiz Magrin, que o sindicato nasce não como um defensor da classe trabalhadora, e sim um conciliador que atendia mais os interesses patronais do que dos operários.

Os sindicatos eram muito débeis, dirigidos pela classe patronal. Todos os presidentes de sindicatos eram “pelegos”, eram comprados, subvencionados. Ganhavam salários para lutar contra o interesse da classe operária. Estavam junto da classe operária, mas não levantavam nenhuma reivindicação!.

(CANÔAS, 2007 p.133, grifo do autor).

Os trabalhadores do ramo calçadista de Franca, não satisfeitos com seu sindicato se organizaram e se opuseram a ele. Através de uma organização que se iniciou de um grupo pequeno de sapateiros da Pastoral Operária (PO) da Paróquia de São Benedito, localizada no bairro, Boa Vista.

A Pastoral Operária (PO) surgiu de 1976 em diante, defendendo às propostas do Juventude Operária Católica (JOC) e também da Ação Católica Operária (ACO). ‘[...] no seu primeiro momento, foi constituída praticamente de operários sapateiros’. (CANÔAS, 2007, p. 141). Ela foi um espaço oferecido pela igreja que serviu para organização do movimento operário onde as idéias e propostas eram difundidas.

O objetivo da P.O. é oferecer ao operariado cristão, condições para que, por seu testemunho evangélico, se inspire, como fermento na classe trabalhadora, na própria caminhada do movimento operário e sindical, sendo agente transformador da sociedade global. (CANÔAS, 2007, p. 140).

Graças a PO os trabalhadores se organizaram, formaram a oposição sindical participaram das eleições e venceram em 1982, logo após fundaram o Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1983 surgiu a Central Única dos Trabalhadores (CUT), e assumiu o papel que a PO desenvolvia até o momento, que continuou desenvolvendo suas funções só que com a CUT a frente da situação.

Quando perguntado sobre os movimentos operários Padre Jerônimo responde:

Franca não havia se movido até 1981 a nível de movimento operário. É com a P.O. que se intensifica o movimento sindical combativo nessa cidade. Embora tenhamos tido o apoio do bispo para o nosso trabalho, encontramos muito obstáculos em função das dimensões de nossa luta. (CANÔAS, 2007, p. 141).

Padre Jerônimo em 1981 se tornou coordenador da Pastoral Operária em Franca, devido a seu envolvimento intenso com o movimento operário que contrariava os interesses dos patrões e a ala conservadora da igreja. Padre Jerônimo passou por momentos de retaliação dos empresários e da própria igreja, esses acontecimentos forçaram - o a abandonar seu posto de clérigo.

Segundo disse o membro da pastoral na época, Fábio Cândido, a participação do grupo da Pastoral Operária foi impulsionada mais pela revolta de mudar a situação de opressão vinda dos patrões, vivida pelos trabalhadores do que por consciência daquela conjuntura. (apud Canôas) '[...] aí, tendo por espelho os movimentos do (ABC), que influíram enormemente para que a gente resolvesse participar da chapa de oposição na época'. (CANÔAS, 2007, p. 142).

O sindicalismo das regiões de Santo André, São Bernardo, São Caetano (ABC) despertou nos trabalhadores de Franca a necessidade da construção de uma identidade enquanto classe trabalhadora. De 1982 em diante, o sindicato ganha nova conotação, passa de um sindicato conciliador para um sindicato de combate, defensor dos interesses dos trabalhadores, segundo disse o presidente do sindicato Fábio Cândido. (apud Canôas)

Não só a igreja São Benedito apoiou a chapa 2 de oposição, mas outros sindicatos também, por acreditarem que as pessoas envolvidas estavam comprometidas com a categoria. Entre eles estavam: o Sindicato dos Vidraceiros de São Paulo, Sindicato dos

Bancários de São Paulo, Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e o Sindicato dos Marceneiros de Ribeirão Preto.

As propostas da chapa 2 foram de grande importância para sua vitória nas eleições, algumas delas foram: ação contra o saturnismo (doença causada pelo chumbo presente nas tachinhas), material utilizado na fabricação do calçado, 40 horas semanais de trabalho, salário calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), aumento de 100% nas horas extras etc.

O novo sindicato teve problemas para tomar posse, os patrões e seus pelegos tentaram impedir através do Ministério do Trabalho. Não teve jeito, os novos integrantes do sindicato tomaram posse em outubro de 1982, e o mandato era de três anos. ‘A posse acontece num momento de grande expectativa da vida nacional: as eleições de novembro de 82, Marco fundamental no processo de redemocratização do País’. (CANÔAS, 2007, p.145-146).

Em 1983 são dados os primeiros passos após a posse em defesa dos interesses dos trabalhadores, e mais de 6.000 sapateiros foram mobilizados, embora sofrendo represália militar e ocorrendo a prisão de alguns do sindicato e membros do PT que na ocasião recentemente fundado havendo eleito um vereador na cidade conseguindo 3.000 votos na legenda. Ficando como coordenador do movimento o Padre Jerônimo que com a greve a categoria conseguiu um piso salarial maior, e o primeiro debate sobre a redução da jornada de trabalho.

Em Agosto de 1985, ocorre outra eleição do sindicato desta vez a Fábio Cândido e os demais da diretoria na Chapa 1, e a oposição na chapa 2. Na ocasião ocorreu que o secretário do sindicato de Fábio Cândido mudou de lado e se tornou um pelego dos patrões agora na chapa 2 de oposição juntamente com chefes de fábricas de grande porte.

Os sapateiros perceberam logo a jogada e boicotaram a chapa 2 nas urnas elegendo pela segunda vez consecutiva a diretoria de Fábio Cândido. No ano de 1986 o sindicato realizou assembléias em bairros importantes para o movimento, tornando mais acessível à participação dos trabalhadores conseguindo mais apoio popular conseguiram reduzir a jornada de trabalho de 48 horas para 46 no mesmo ano e no ano subsequente, para 45 horas, na época foi inusitada a conquista.

No mês de fevereiro com o Plano Cruzado houve uma grande queda no piso salarial dos sapateiros, que caiu cerca de Cr\$ 1.200,00 para Cr\$ 936,00 pelo motivo de conversão de cruzeiro para cruzado. Os operários inconformados com a situação entram em greve no dia 11 de abril, aproximadamente 70% dos sapateiros pararam.

A greve em Franca teve duração de mais de 15 dias e foi decretada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho. Mesmo assim ganhou uma proporção em nível nacional e contou com a presença de Luís Inácio Lula da Silva, na época presidente nacional do PT.

O pacote econômico previa a redução dos salários de todos que tinham sua data base em fevereiro por isso todo transtorno foi gerado. Entretanto com essa greve os sapateiros de Franca obtiveram êxito e conseguiram conservar seus salários sem essa redução brusca através de um acordo. Os salários se mantiveram do jeito que estavam antes do pacote econômico ser lançado.

Conforme o sindicato de Franca ia conquistando direitos para a classe trabalhadora isso ia refletindo na política petista. '[...] o candidato operário Luís Inácio Lula da Silva, declarado representante dos anseios da classe trabalhadora, recebe quase 14.000 votos em Franca [...]'. (CANÔAS, 2007, p. 151).

É indiscutível que depois que surgiram instituições como: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical (FS) e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), os sindicatos ganharam mais força. Em 1986 a CUT e a CGT solicitaram uma greve geral em resposta a política econômica adotada pelo governo.

Em 12 de Dezembro dia da greve, ocorre que, como era uma greve geral não era restrita somente aos sapateiros. Sendo assim houve participação de vários sindicatos da cidade, inclusive a do sindicato dos condutores do transporte coletivo que em consenso com o STIC resolveram parar com o trabalho.

Sem transporte a locomoção do trabalhador fica mais difícil e tanto a indústria como o comércio foram afetados. Essa paralisação uniforme sem dúvida foi forte, os prejuízos foram grandes, sem contar que assustou bastante os patrões por estacarem os lucros radicalmente.

A greve geral conseguiu o que queria, e, em 1987 dobrou o piso salarial e a redução da jornada de trabalho para 45 horas semanais. Em 1988 ocorreu outra campanha salarial e como sempre sob pressão dos patrões.

Outra greve foi organizada e mais uma conquista em benefício dos trabalhadores calçadistas foi alcançada, a categoria conseguiu um reajuste de 37% em momento que a inflação se encontrava em um indicador de 364,72 %. Nesse mesmo ano ocorreu outra eleição para recompor a diretoria do sindicato e nenhuma chapa de oposição foi formada permanecendo por mais uma temporada a mesma diretoria, com algumas alterações nos cargos efetivos e Jorge Luis Martins se tornando presidente do sindicato, cargo antes ocupado por Fábio Cândido.

É importante ressaltar que o STIC devido estar associado à criação do PT em Franca e a participação política dentro do partido após realizar, várias conquistas para os trabalhadores das indústrias de calçados. O desempenho rendeu bons frutos ao partido, como: a popularidade de Lula em Franca, o aumento de votos ao partido de uma forma geral dentro do município, tanto que elegeram vários vereadores, o sindicalista Fábio Cândido foi um deles com 4.932 votos se tornando até 1988 o vereador eleito com a maior quantidade de votos da história da cidade.

As campanhas eleitorais, a imprensa sindical e o trabalho de educação política constituem-se elementos básicos no desenvolvimento e repercussão do trabalho do sindicato junto à categoria. Através desses elementos podemos constatar, também, um nível de reciprocidade na relação sindicato/categoria profissional [...] (CANÔAS, 2007, p. 153).

O sindicato STIC criou um boletim chamado “O Sapateiro” – veículo de comunicação entre a diretoria do sindicato e os trabalhadores. Nele era possível também fazer denúncias contra abusos e maus tratos aos sapateiros nos seus respectivos locais de trabalho por parte dos seus superiores.

Sem dúvida em relação ao sindicato anterior o STIC conseguiu um número elevado de benefícios à categoria dos sapateiros de Franca, porém é necessário levar em consideração a forma que o sindicato anterior representava os trabalhadores, ou seria, de como ele não representava.

Desde a época em que o sindicalista Luiz Magrin (1941-1950) esteve à frente do sindicato, posteriormente Manoel Silveira (1951), e por último Cristiano Roberto Pimenta, os interesses dos sapateiros das indústrias de Franca foram postos de lado. E ao passar dos anos isso resultou em um atraso em relação aos benefícios que já poderiam estar fazendo parte da vida dos trabalhadores.

A partir do momento em que a chapa 2 de Fábio Cândido ganha as eleições em 1982, e toma posse, o novo sindicato tem pela frente um atraso imenso em termos de direitos trabalhistas. Mesmo após o STIC ter realizado vários direitos trabalhistas e benefícios aos trabalhadores a conquista foi, e é gradual, o que significa que os sapateiros hoje, poderiam estar em melhores condições trabalhista devido o infortúnio herdado pelo sindicato de Luiz Magrin e os demais gestores.

É evidente que na gestão de 1982 em diante, o sindicato através dos movimentos operários, conseguiu melhorar bastante a situação do trabalhador. Porém ainda ficou pendente

muitos fatores que continuaram sem solução, inclusive no quesito de agente fiscalizador das irregularidades trabalhistas e demais ações que promovem o bem estar social.

2 ESTRATÉGIAS DOS PATRÕES E PRECARIEDADE DO TRABALHO

Para sobressaírem aos efeitos da globalização às indústrias calçadistas vêm como saída alternativa a exploração em demasia trabalho o que afeta diretamente a situação profissional, econômica e social dos trabalhadores. Outro agravante é o trabalho informal de pessoas que trabalham em suas residências sem definição de carga horária, a chamada terceirização de serviços.

‘As modificações ocorridas não atingem somente o âmbito trabalhista, mas como consequência atinge o ser humano e a sua cidadania, tornando um sujeito excluído de seus direitos’. (ENGLER, 2009). As novas mudanças no modo produtivo como: a inserção de novas tecnologias, deixando a qualificação anterior do trabalhador de lado e desvalorizando a mão de obra do profissional, é importante ressaltar que, embora a máquina realizar maior parte do trabalho ela necessita do acompanhamento do profissional como conhecedor técnico.

Anteriormente o trabalhador trabalhava fisicamente mais tempo, quando atualmente *parte do trabalho físico foi substituído pelo seu monitoramento*, isto é; menos esforço físico e a atenção e conhecimento do trabalhador supervisionando o trabalho da máquina. Isso foi o suficiente para que os profissionais sentissem o desmoronamento dos postos de trabalho e os impactos da reestruturação produtiva em Franca, afinal a máquina produz em grande quantidade.

O sindicato dos sapateiros de Franca assiste a reestruturação produtiva, preso às negociações salariais e movimentos de greve; as reivindicações são rotineiras e tradicionais, entre elas a participação nos lucros (PLR), abono escolar e piso salarial. As reivindicações não deixam de ter sua importância, porém para combater os efeitos da reestruturação produtiva, será preciso mais, de um sindicato; que terá que se empenhar em fazer uma reformulação dessa reestruturação e torná-la praticável.

A reestruturação produtiva nas indústrias de Franca, nas décadas de 1970 – 1990, não explorou tanto os benefícios da tecnologia e sim da mão de obra, em grande parte artesanal, isso ocorre por os operários desempenharem bem as técnicas artesanais e exercerem várias funções ao mesmo tempo. Não somente pelo fato da mão de obra ser de bom nível, mas também por contribuir para o baixo custo na produção economizando altos investimentos na

compra de máquinas industriais possibilitando também o surgimento de micro e pequenas empresas nesse setor.

Segundo BARBOSA, A., (2008) devido às médias e grandes empresas irem se extinguindo, naturalmente aconteceram muitas demissões gerando o desemprego e com surgimento de micros e pequenas empresas, a lógica é que, estas comecem com pequenos capitais. Elas impulsionaram a prestação de serviços fora das fábricas como o trabalho domiciliar e familiar. Pois a prestação de serviço (terceirização) significa redução de custos, se tratando do dinheiro gasto em tecnologia e principalmente em mão de obra e direitos trabalhistas, que é o caso da informalidade.

Desta forma os contratantes de empresas terceirizadas não têm compromissos com os direitos trabalhistas favorecendo economicamente suas empresas. Segundo Agnaldo de Sousa Barbosa (2008) a reestruturação produtiva no setor calçadista de Franca precarizou os laços de trabalho tirando os trabalhadores das indústrias, mas em contrapartida desencadeou um novo costume, o de empreendedor.

Por outro lado, houve igualmente uma imoderada expansão da rede de prestadores de serviços resultante da eliminação de postos de trabalho dentro das fábricas; todavia, também esse processo teve um sentido diametralmente. (...) (BARBOSA, A., 2008 p. 8).

Porém é preciso ressaltar que esse empreendedorismo tem um preço muito alto a ser pago e isso não pode ser visto como algo positivo. Porque dessa maneira estaremos sendo coniventes com a informalidade e a problemática social e econômica que prejudica tanto o trabalhador.

A informalidade propiciou ao capital uma desoneração de seus custos sociais e com isso dilacerou as organizações e ações reivindicatórias dos trabalhadores e provocou o refluxo dos organismos sindicais. (ENGLER, 2009 p.93).

Nem todo empreendedor é bem sucedido e nem todos possuem o tino para esse ramo, a prova disso é própria situação em que se inicia esse chamado empreendedorismo por Agnaldo de Sousa Barbosa. O mesmo empreendedorismo pode surgir de uma forma menos agressiva ao trabalhador e dentro da legalidade.

As atitudes patronais revelam na prática o egoísmo e a ganância por lucros em demasia, traços típicos do sistema capitalista. De acordo com Braga Filho (2004) o Brasil apresentou problemas de distribuição de rendas em diferentes décadas e nem mesmo na

década de 1970 com o *milagre econômico* não houve o repasse dos ganhos na produtividade para os salários dos trabalhadores.

‘Qualificar para o trabalho é tornar o ser humano cada vez mais mercadoria, cada vez mais um instrumento de sociabilidade do capital’. (BARBOSA, Marisa Geralda, 1997, p. 23). No caso da mão de obra não suprir a demanda, os trabalhadores podem ser beneficiados pela escassez de mão de obra em determinado seguimento profissional, e ocorrerá a valorização desta mão de obra por meio da oferta e procura.

Por trás da informalidade têm também impostos a serem tributados e declarados, não só direitos salariais aos trabalhadores, mas os valores tributários previstos em leis, referente aos cofres públicos.

Pessoas desempregadas preocupadas com o sustento da família, e outras almejando melhores condições de vida podem optar pela vida no crime. Sem falar que quanto mais pessoas perderem seus empregos, maior é o gasto do governo com o seguro desemprego e outros programas sociais incluindo a despesa enorme com o sistema carcerário. Aí sim, o problema do desemprego tem proporções maiores, por outro lado os trabalhadores desocupados geram gastos ao governo sem ter o mínimo de dignidade e decência de um cidadão.

No Brasil, essas profundas mutações na base produtivas, culminaram na racionalização e flexibilização, ou seja, na não submissão dos trabalhadores às leis trabalhistas, nem ao regime da previdência social, gerando, por conseguinte, trabalho informal, redução dos direitos trabalhistas, perda de força sindical, trabalho em tempo parcial, contratos de trabalho por tempo determinado, trabalho temporário, dentre outros. (ENGLER, 2009, p.104).

A situação realmente é muito complexa, de um lado o trabalhador lutando por sua sobrevivência e de sua família, possuindo apenas sua força de trabalho como mercadoria. ‘[...] lutam por aumento do poder aquisitivo, por maiores salários para uma sobrevivência mais digna, menos sofrida’. (ENGLER, 2009, p.105). Do outro lado a burguesia com o capital em mãos.

Na década de 1990 em diante Freitas (2003) identifica-se uma quantidade significativa de irregularidades nas indústrias de Franca. Ou seja, algumas podemos denominar indústria, outras não, pois são conhecidas como fabriquetas ou fundo de quintal, estas não são reconhecidas como indústrias.

Nas fabriquetas a quantidade de trabalho informal é grande, e o trabalho adolescente e infantil é corriqueiro. O trabalho familiar é característico das fabriquetas e se articula em setores e etapas onde cada pessoa tem suas funções.

Com a venda das mercadorias produzidas, e o pagamento vindo em forma de cheques pré-datados, e como o capital de giro dos donos dessas fabriquetas inexistente. O dinheiro em mãos é essencial para comprar matérias primas e dar continuidade à produtividade.

Neste meio, a indústria não tem capital de giro e nem capital fixo. Com a falta do capital de giro, o pagamento de juros a credores toma o lugar do acúmulo de capitais, com isso esta empresa nunca vai se desenvolver e aplicar na mecanização de sua produção industrial. (FREITAS, 2003, p. 23).

A necessidade de comprar os materiais em dinheiro à vista faz com que os fabricantes procurem o agiota. Na maior parte dos casos as fabriquetas ou fundo de quintais estão em situação irregular tornando o acesso ao crédito em bancos praticamente impossível.

‘A agiotagem neste meio é feita de forma que, se por acaso, o cheque volte sem fundo, o proprietário da indústria pague o valor do cheque, pondo em garantia um bem que sua família possui’. (FREITAS, 2003, p. 23). Devido à tamanha pobreza e a enorme coragem e ousadia em que se inicia esse próprio negócio. A dificuldade financeira é tanta que a possibilidade do negócio ir pra frente é muito remota, e aí resta aos proprietários contar com a sorte.

O sindicato não tem influência nesse caso porque esse tipo de atividade atua em sua maioria na clandestinidade. Os funcionários não possuem carteiras assinadas, convênios médicos ou seguros, e no caso de acidente de trabalho não têm como eles se afastarem e receberem benefícios do INSS, justamente por não estar contribuindo com a Previdência Social. Normalmente as empresas maiores já melhores estruturadas é que vão oferecer melhores condições de trabalho aos funcionários.

As pequenas bancas de pesponto têm perfil parecido com o das fabriquetas fundo de quintal e foram muito exploradas através da descentralização dos serviços, ocorre também a inexistência dos direitos trabalhistas atuando de forma clandestina e trabalhando na terceirização de serviços vindos das empresas maiores. Contratam seus funcionários oferecendo-lhes como remuneração a comissão somente do que eles produzirem boicotando os direitos trabalhistas, e usando também o trabalho de adolescentes e o infantil.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) classifica as indústrias de Franca como: micros, pequenas, médias e grandes empresas. As grandes e médias possuem uma fatia da produção dedicada às exportações.

A partir dos anos 90, na indústria calçadista, começa um processo de descentralização da produção, consequentemente, um aumento nas empresas de serviços, que aparecem para suprir a necessidade de expansão a baixos custos operacionais e fixos para as empresas. Esta tendência se transforma num complexo quadro de indústrias associadas, com a finalidade de produzir a preços altamente competitivos. (FREITAS, 2003 p.31).

Embora as empresas grandes e mecanizadas empreguem mais e deter a vanguarda da produção, algumas empresas pequenas e médias podem não ser o que aparentam. Existem indústrias pequenas e médias que produzem em grande quantidade através da subcontratação. Essas empresas terceirizam seus serviços para economizarem no custo da produção obtendo produtos com preços mais baixos dando-lhes competitividade de concorrência no mercado.

Observando que as grandes empresas empregam mais do às pequenas e médias. Em alguns casos devido à descentralização de serviços essas empresas pequenas e médias também empregam muitas pessoas através da terceirização. A contratação de uma prestadora de serviços é simples, é feita verbalmente e sem dúvida alguma, muito viável ao contratante.

Isto acontece porque uma indústria moderna contrata outra subsidiária, autônoma, geralmente, sem um compromisso formal assinado, para que esta cumpra uma determinada função na fabricação do calçado como, por exemplo: a banca de pesponto, as bancas de cortes, as fábricas de cartonagem, os ateliês de modelagem, as bancas de acabamento, etc. (FREITAS, 2003, p. 32).

São muitas as vantagens dessa manobra estratégica dos ‘pequenos e médios’ empresários começando pela economia do dinheiro gasto em tecnologia. Se o serviço foi transferido para terceiros, eles que gastem para cumprirem com seus compromissos produtivos, pois vão receber pelos serviços prestados.

Fica ao contratante, apenas a preocupação com o capital de giro e compra de matérias prima. O contrato verbal além de diminuir a folha de pagamento do contratante, ele não garante o pagamento do serviço prestado na eventualidade de um calote ao contratado, beneficiando ainda mais o contratante.

Esta empresa contratada tem como característica a produção do ‘serviço’ a baixos preços, e para isso, utiliza até mão de obra infantil e feminina, indiscriminadamente, para um menor custo de operação. (FREITAS, 2003 p. 32, grifo do autor).

Resumindo, a economia que vai beneficiar o patrão titular do serviço e gerar uma boa lucratividade a ele. Reduz em muito, a margem de lucro das prestadoras de serviço forçando-as a usar estratégias que oprimem o trabalhador ou pessoas que ainda não são trabalhadores, mas estão trabalhadores, que são as crianças.

2.1 Os impactos socioeconômicos

A diferença entre os patrões e trabalhadores em momentos de crise, é que os patrões possuem meios financeiros para se reerguerem. Já os seus funcionários são possuidores apenas da força de trabalho para batalharem por suas sobrevivências, sendo assim, fica muito difícil reagir ao desemprego.

Observando o contexto da terceirização de serviços temos um problema social desencadeado por um econômico. O pai que não têm alternativas, a não ser trabalhar para prestadoras de serviços ficando mais difícil adquirir boas condições financeiras para instruir profissionalmente melhor seus filhos, e proporcioná-los uma qualidade de vida melhor.

O fato de Franca possuir um grande polo industrial que gira em função do calçado, e que emprega muitas pessoas nesse ramo prejudica muito os trabalhadores. Quando há demissões em massa, é praticamente impossível a absorção imediata ou em curto prazo dessa gente em outras atividades.

As pessoas que trabalhavam nas fábricas na década de 1990 viam uma possibilidade de melhorar sua condição de vida através do estudo. Mas ficavam presos economicamente na tarefa de comprar produtos básicos de sobrevivência, pagar aluguéis, contribuir financeiramente com a família, pagar taxas de serviços públicos ou privados em manutenção do lar, ou seja, fadados apenas a própria subsistência.

Os trabalhadores francanos sofrem muito com o desemprego, na hora do sufoco procuram ajuda de parentes, prefeitura, sindicato, amigos alguns desconhecidos o objetivo é ser ajudado de alguma forma não importa como. Os que têm direito ao seguro desemprego obtêm uma ajudinha a mais, para isso é preciso estar trabalhando registrado.

Devido às empresas serem dependentes das vendas e possuírem altos e baixos, empregam de acordo com que vendem gerando assim um vínculo empregatício temporário de curto prazo em muitas das vezes entre dois e seis meses. Por motivo de salários baixos esses trabalhadores necessitam de completarem suas rendas através de outro trabalho extra, conhecido como bico.

Trabalhadores declararam que mesmo se voltassem trabalhar como trabalhavam no passado por um período de tempo mais longo, o salário que ganhariam não seria o suficiente para as despesas do lar. Mesmo os aposentados continuavam trabalhando para complementar suas rendas pelo motivo de terem aposentado com salários baixos.

Segundo Canôas (2003) o seguro ‘benefício’ do seguro desemprego não veio para a classe trabalhadora para atender suas necessidades e sim para apaziguar possíveis revoltas e conflitos. Também visando à sintonia do governo com a classe dominante e a manutenção do sistema de exploração do trabalho.

O que se observa na maioria das respostas, nos depoimentos de trabalhadores calçadistas, empregados, desempregados e os que se encontram hoje na informalidade, é uma significativa falta de consciência social, política e econômica da própria realidade em que se vive, o que confirma essa a tese proposta nesta pesquisa, que não há uma busca estratégica de sobrevivência política, consciente, objetiva. (CANÔAS, 2003 p. 63).

A dura realidade dos trabalhadores das indústrias de calçados de Franca vai além do fator econômico atingindo também o social. Devido às intensas dificuldades financeiras das pessoas ocasionadas pela instabilidade de emprego, as famílias sentem os impactos, ocorre a desarmonização e desestruturalização das famílias e algumas separações.

Com a separação conseqüentemente o pai terá que pagar pensão alimentícia aos filhos ou até mesmo a mãe quando for o caso, isso gera mais problemas sociais por envolver um novo modo de vida das pessoas, que não era o habitual. E na questão econômica além do pai ou da mãe dependendo do caso, pagarem pensão alimentícia aos filhos quando adquirirem outra família arcam com mais despesas ainda, referente à nova família.

Os empregadores do setor calçadista da cidade de Franca têm suas preferências em relação ao perfil do trabalhador. Eles preferem gente jovem, de preferência sem filhos, nada que interfira na produtividade de suas empresas, o estudo é um dos principais quesitos para uma vaga de emprego, essas exigências agravam ainda mais a situação dos trabalhadores privando-os de melhores oportunidades.

Por viverem em situação precária, muitas pessoas não conseguem saldar suas dívidas a prazo com juros altos, e vendem seus objetos de casa como; aparelhos de som e televisão entre outros, a preços bem baixos para saldar seus débitos. São tantas as dificuldades enfrentadas que segundo FREITAS (2003) muitos desanimam tanto, que houve casos de pessoas que chegaram a cometer suicídios, se entregaram a bebida, passaram a pedir comida nas ruas e viraram moradores delas. É necessário aqui ressaltar que a periodização que FREITAS (2003) se refere aos impactos socioeconômicos é com foco na década de 1990.

CONCLUSÃO

Em Franca o cenário do modo de produção capitalista não foi favorável aos trabalhadores das indústrias de calçados de Franca (sapateiros) nas décadas de 1970 – 1990. Momento em que a reestruturação produtiva surgiu como alternativa de redução de custos e competitividade entre concorrentes tendo a globalização e a tecnologia como um agravante ainda maior da situação.

As crises econômicas sejam elas de proporção global ou nacional, as medidas políticas e o fator tributário interferem muito na produtividade do setor calçadista de Franca que depende tanto do mercado interno quanto das exportações. São muitos os fatores que contribuem para a precarização do trabalho nas indústrias calçadistas de Franca.

A terceirização, somada ao trabalho domiciliar e infantil, as micros e pequenas empresas, incluindo as bancas de pesponto são determinantes para o trabalho informal. Analisando as fontes percebemos que a tecnologia chega a passos lentos em empresas médias, nas pequenas e nas microempresas, conforme elas se desenvolvem economicamente. A tecnologia e melhores condições de trabalho normalmente são encontradas nas grandes indústrias.

O ramo calçadista é o que mais emprega em Franca e a oferta abundante de mão de obra atrapalha muito as negociações salariais e a distribuição de renda. Embora o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Franca (STIC) tenha ajudado o movimento operário a conseguir muitos direitos trabalhistas, o cumprimento de todos os direitos adquiridos pelos patrões é que não é fácil de obter.

As irregularidades são tantas, que o sindicato ou algum outro órgão competente como o Ministério do Trabalho resolvesse fiscalizar com rigor, muitas empresas iriam fechar as portas. A consequência disso seria o desemprego em massa tão grande que afetaria de tal forma a subsistência da população e a vida no crime poderia ser a segunda opção em muitos casos, gerando um problema social ainda maior. Os patrões sabendo disso aproveitam essa situação e exploram o trabalhador não só em sua força de trabalho, mas nos direitos trabalhistas também.

O caminho para os sapateiros conseguirem melhores salários e condições de trabalho é criar mecanismos que os insiram em outra atividade remunerada tirando o excesso de mão de obra que existe no mercado de trabalho calçadista e se possível fazer com que falte mão de obra especializada.

Ocorrendo isto, os empresários serão forçados a atrair os trabalhadores, e a melhor forma de atração são: melhores salários e melhores condições de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n19/14624.pdf>. Acesso em: 26. Jul. 2014.

BARBOSA, Agnaldo de Sousa. Reflexos da reestruturação produtiva na indústria do calçado. Relatório de Pesquisa. Programa Jovem Pesquisador - FAPESP, 2008. p. 4-14.

BARBOSA, Marisa Geralda. Trabalho, educação e modernização industrial: a indústria calçadista franca no contexto da globalização. (TCC em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP. Franca, 1997.

BRAGA FILHO, Hélio. Distribuição da renda entre salários e lucros na indústria de calçados de Franca de 1994 a 2002. (Tese em Serviço Social). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP. Franca, 2014.

CANÔAS, José Walter. Atitudes operárias no processo de reestruturação produtiva do capital. Franca: UNESP-FHDSS, 2003.

_____, José Walter. Nas pegadas do sapateiro: 65 anos do STIC sindicato dos trabalhadores da indústria de calçados. Franca: UNESP, 2007.

CARLEIAL, Liana M. da Frota. Racionalidade e trabalho: uma crítica a André Gorz. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.8, p. 64-74, jan./mar., 1994.

COSTA, Márcia da Silva. Reestruturação produtiva, sindicatos e a flexibilização das relações de trabalho no Brasil. **RAE-eletrônica**, v. 2, n. 2, jul-dez/2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v2n2/v2n2a10>. Acesso em: 26 ago. 2014.

ENGLER, Helen Barbosa Raiz. Mentalidades e trabalho: do local ao global, panorama do calçado francano. Franca: UNESP-FHDSS: CEPEER, 2009.

_____, Helen Barbosa Raiz, (e tal). O trabalho estranhado na indústria calçadista de Franca/SP após o advento da globalização. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/mateusbeordo2.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2014.

FREITAS, Rogério Monteiro de. Trajetória do trabalho adolescente e precário na fabricação do calçado: a recuperação de dependentes químicos. (TCC em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP. Franca, 2003.

MARTINS, Maria Helvira Arantes Andrade Hansen Martins. O impacto das atuais transformações econômicas para os trabalhadores da indústria calçadista de Franca-SP. (Tese em Serviço Social). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP. Franca, 1999.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. Feuerbach – A contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista. São Paulo: Martin Claret, 2007, p.80.

MIGLIOLI, Jorge. Acumulação de capital e demanda efetiva. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

SANTANA, Marco Aurélio. As Centrais sindicais brasileiras e a reestruturação produtiva: análises e propostas. Porto Alegre 2.000 p. 186-192. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n4/socn4a08.pdf>. Acesso em 26 ago. 2014.

SILVA, Luiz Sérgio. MAGALHÃES, Tarcísio Márcio Pinheiro. SAKURAI, Emília. Reestruturação produtiva, impactos na saúde e sofrimento mental: o caso de um banco estatal em Minas Gerais, Brasil. Cad. Saúde Pública vol.23 n. 12 Rio de Janeiro Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n12/15.pdf>. Acesso em: ago. de 2014.